

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro

2021

CONTEÚDO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras;

Balanço patrimonial;

Demonstração do resultado;

Demonstração do resultado abrangente;

Demonstração das mutações do patrimônio líquido;

Demonstração dos fluxos de caixa;

Notas explicativas às demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	17
5. ESTOQUES	18
6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA.....	18
7. IMOBILIZADO.....	19
8. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS.....	21
9. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS	22
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	23
11. PARTES RELACIONADAS.....	24
12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	25
13. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	26
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
16. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS.....	30
17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	31
18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO.....	32
19. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	32
20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS	34
21. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA.....	34
22. OUTROS ASSUNTOS	35
23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	36

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
AG Construções e Serviços S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AG Construções e Serviços S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AG Construções e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, a Companhia mantém operações financeiras relevantes com partes relacionadas, onde parte substancial das operações são representadas por mútuos e notas de débito. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de março de 2021 sem modificação de opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2022.



Luiz Claudio Fontes
Contador CRC – 1RJ-032.470/O-9-T-SP



Leonardo Coelho de Almeida Mendes
Contador CRC – MG 94.028/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.968	5.808	9.020	5.858	Empréstimos e Financiamentos	10	366	1.411	366	1.411
Contas a receber	4	466.149	401.848	466.149	418.983	Financiamentos com arrendamentos	8	1.146	793	1.146	793
Estoques	5	5.116	7.644	5.511	8.039	Fornecedores e Subempreiteiros	9	46.033	54.676	46.037	55.138
Despesas Antecipadas		1.223	351	1.223	351	Salários e encargos sociais		8.077	18.461	8.077	18.462
Impostos e contribuições a recuperar	14	5.887	6.539	7.592	6.539	Impostos e contribuições a recolher	12	7.103	8.996	7.154	9.431
Créditos com partes relacionadas	11	65.143	31.971	65.143	31.971	Adiantamento de clientes		133.222	108.658	133.222	112.738
Adiantamentos diversos		1.736	3.338	1.737	3.338	Débitos com partes relacionadas	11	116.110	90.267	116.110	90.267
Total do ativo circulante		554.222	457.499	556.375	475.079	Distribuição dividendos mínimos obrigatórios		-	83.386	-	83.386
						Outros passivos circulantes		3.455	365	3.455	365
						Total do passivo circulante		315.512	367.013	315.567	371.991
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:						Impostos e contribuições a recolher	12	7.257	1.730	7.257	1.730
Contas a receber	4	59.913	59.913	59.913	59.913	Impostos e contribuições diferidos a recolher	14	-	2.670	-	2.670
Impostos, contribuições e diferidos a recuperar	14	2.569	-	2.594	8.396	Débitos com partes relacionadas	11	-	-	-	10.835
Créditos com partes relacionadas	11	1.216	2.273	37.017	25.633	Provisões para Contingências	13	4.479	2.585	4.479	2.585
Dividendos a Receber	7	934	-	-	-	Total do passivo não circulante		11.736	6.985	11.736	17.820
Outros		903	461	903	459						
Total do realizável a longo prazo		65.535	62.647	100.427	94.401	Total dos passivos		327.248	373.998	327.303	389.811
Investimento	6	37.139	34.125	149	604	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
Imobilizado	7	8.595	11.249	8.595	11.249	Capital social		142.379	4.300	142.379	4.300
Intangível		1	1	1	1	Reservas de Lucro		84.253	860	84.253	860
Propriedades para Investimento		71.000	-	71.000	-	Resultados acumulados		183.750	187.167	183.750	187.167
Direitos de uso de arrendamentos	8	1.138	804	1.138	804	Total do patrimônio líquido		410.382	192.327	410.382	192.327
Total do ativo não circulante		183.408	108.826	181.310	107.059						
TOTAL DO ATIVO		737.630	566.325	737.685	582.138	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		737.630	566.325	737.685	582.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	16	152.431	197.061	167.020	197.061
Custos dos produtos e serviços vendidos	17	(184.078)	(221.306)	(195.180)	(221.306)
RESULTADO BRUTO		(31.647)	(24.245)	(28.160)	(24.245)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	17	(1.737)	(911)	(2.339)	(1.265)
Resultado de equivalencia patrimonial	6	7.125	5.946	-	189
Provisão para perdas, riscos e multas fiscais	13	(1.894)	192	(1.894)	192
Outras (despesas) receitas operacionais		1.161	699	1.117	3.476
		4.655	5.926	(3.116)	2.592
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(26.992)	(18.319)	(31.276)	(21.653)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	18	18.525	239.663	22.139	243.382
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.467)	221.344	(9.137)	221.729
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	14	(189)	-	481	(385)
Diferido	14	5.239	(680)	5.239	(680)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(3.417)	220.664	(3.417)	220.664
Resultado básico e diluído por ação ordinária - R\$		(0,02)	1,55	(0,02)	1,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	(3.417)	220.664	(3.417)	220.664
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(3.417)	220.664	(3.417)	220.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	507.036	5.986	-	85.306	598.328
Aumento de capital	68.986	(5.986)	-	(62.992)	8
Cisão Parcial	(571.722)	-	-	-	(571.722)
Resultado do exercício	-	-	-	220.664	220.664
Constituição de reserva legal	-	860	-	(860)	-
Distribuição dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(54.951)	(54.951)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.300	860	-	187.167	192.327
Aumento de capital	138.079	-	-	-	138.079
Resultado do exercício	-	-	-	(3.417)	(3.417)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	83.393	-	83.393
Saldos em 31 de dezembro de 2021	142.379	860	83.393	183.750	410.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado líquido do exercício		(3.417)	220.664	(3.417)	220.664
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:					
Variações monetárias e cambiais líquidas	18	(24.284)	(53.279)	(25.535)	(57.078)
Baixa de imobilizado IFRS16	8	(787)	-	(787)	-
Baixa de ativo imobilizado e ativo de direito de uso	7	7.510	895	7.510	895
Juros Financiamento de Arrendamento e Outros Passivos	8	11	-	11	-
Equivalência patrimonial	6	(7.125)	(5.946)	-	(189)
Depreciações e amortizações	7 e 8	3.899	5.920	3.899	5.920
Ajuste a Valor Justo de ativos		-	(171.195)	-	(171.195)
Juros de Empréstimos	10	127	278	127	278
Adições e Reversões de provisões para risco	13	1.894	-	1.894	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	14	(5.050)	680	(5.720)	680
		(27.222)	(1.982)	(22.018)	(25)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes - circulante e não circulante		32.529	(53.116)	46.833	(53.116)
Adiantamentos diversos		1.602	2.047	1.602	2.047
Estoques		2.528	607	2.528	607
Despesas antecipadas - circulante e não circulante		(872)	684	(872)	684
Impostos a recuperar e diferidos		11.578	(5.774)	18.244	(5.537)
Outros ativos - circulante e não circulante		(451)	300	(451)	310
		46.914	(55.252)	67.884	(55.005)
(Redução) aumento nos passivos operacionais:					
Fornecedores e subempreiteiros		(8.643)	15.982	(9.096)	16.435
Adiantamentos de clientes - circulante e não circulante		24.564	(59.905)	24.564	(59.905)
Salários, provisões e obrigações sociais		(10.384)	(80)	(10.384)	(80)
Partes Relacionadas		-	95.237	-	95.470
Impostos a recolher e diferidos		(7.293)	277	(7.007)	(2.490)
Financiamentos de Arrendamento		1.129	(1.813)	1.129	(1.813)
Outros passivos - circulante e não circulante		3.090	(508)	3.090	(507)
		2.463	49.190	2.296	47.110
Imposto de renda e contribuição social pagos durante o exercício		(189)	(1.542)	(189)	(1.542)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		21.966	(9.586)	47.973	(9.462)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Baixa de Investimento	7	3.195	-	-	-
Aumento de capital		-	(456)	466	(456)
Remessas líquidas para empresas ligadas		(8.545)	-	(31.821)	(122)
Aquisição do ativo imobilizado e ativo de direito de uso		(9.089)	(1.643)	(9.089)	(1.643)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(14.439)	(2.099)	(40.444)	(2.221)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Redução de Capital		(3.195)	-	(3.195)	-
Aquisição de Empréstimos		1.727	3.523	1.727	3.523
Pagamentos de empréstimos		(2.837)	(4.658)	(2.837)	(4.658)
Pagamento de Juros sobre Empréstimos		(62)	-	(62)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(4.367)	(1.135)	(4.367)	(1.135)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.160	-12.820	3.162	-12.818
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		5.808	18.628	5.858	18.676
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		8.968	5.808	9.020	5.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AG Construções e Serviços S.A. (“Companhia” ou “AGCS”) é uma Companhia anônima de capital fechado sediada em Belo Horizonte/MG e com filiais em São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ e controlada pela Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (“AG Engenharia”). A Companhia atua em três segmentos principais:

Serviços de construção civil Privado:

- Construção de lotes de linhas de transmissão de energia nos estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Piauí e Pará;
- Usina termelétrica do Porto de Açú – contrato de engenharia, suprimento e construção da planta termelétrica localizada em São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro;
- Obras civis da usina de beneficiamento – Salobo III;
- Reconstrução do distrito de Paracatú de Baixo, na região de Mariana;
- Barramento do Rio Pequeno, em Linhares/ES;
- Implementação de usinas de geração solar fotovoltaica, no estado do Ceará, em Janaubá/MG, São José do Belmonte/PE,
- Obras de desenvolvimento em mina subterrânea Aripuanã/MT,
- Términas de Oléo e Gás em Barcarena/PA
- Contenção de Barragens em Nova Lima/MG
- Construção de Ramal Ferroviário em Cubatão/SP.

Serviços de construção Público:

- A Companhia realizou reorganizações societárias no exercício de 2021, tendo em vista o objetivo de atuar nos próximos exercícios com foco na execução de obras com clientes públicos.

Exportações:

- Exportação de bens e materiais, que consistem na revenda de bens nacionais para clientes e projetos do Grupo Andrade Gutierrez (“Grupo AG”) no exterior, principalmente na América Latina e África.

A Companhia detém o controle acionário da AGComex Comercial Exportadora Ltda (“AGCOMEX”). A aquisição do controle acionário foi realizada entre empresas do grupo e visa dar continuidade à estratégia de promoção de sinergia nos negócios de exportação.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa futuro da Companhia e, caso necessário com o suporte do Grupo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados itens mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo, no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas diferentes da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Companhia e de suas investidas faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores contábeis de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas em diante, sem efeito em períodos anteriores.

As informações sobre os principais julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir.

2.4.1. Orçamento contratual

Os orçamentos dos custos e receitas para os contratos de construção são realizados por especialistas de engenharia desde a elaboração dos projetos até a sua realização total, com acompanhamento constante dos eventos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, que possam afetar diretamente o orçamento de cada empreendimento. Os orçamentos dos custos são elaborados considerando as obrigações de desempenho contidas em cada projeto e são revisados, no mínimo, anualmente e refletem a melhor estimativa da Administração da Companhia do que seriam os custos necessários a serem incorridos na execução de seus projetos.

2.4.2. Determinação da vida útil e depreciação – ativos imobilizados

A determinação da vida útil de itens do ativo imobilizado é feita com base em informações históricas e na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A Companhia conta com uma área composta por profissionais especialistas que aplicam premissas, estimativas e julgamentos para concluir sobre a vida útil de itens do ativo imobilizado. Estas estimativas são revistas, no mínimo, anualmente e sempre que há alteração na estimativa de vida útil de determinado bem, os impactos são reconhecidos no exercício em que houver tal alteração, sem impactos retrospectivos. As estimativas utilizadas para determinação da vida útil podem impactar a determinação do valor depreciável dos ativos e a respectiva curva de depreciação ao longo dos exercícios.

2.4.3. Determinação da provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) – ativos imobilizados

Conforme detalhado na nota explicativa 7.4, a Companhia realiza periodicamente a revisão do valor recuperável de seus equipamentos pesados e veículos, através da contratação de empresa independente e especializada neste tipo de avaliação. Para a determinação da provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos imobilizados, a empresa avaliadora se utiliza de premissas, julgamentos e estimativas que podem influenciar a definição do valor recuperável dos ativos. As abordagens utilizadas para este trabalho de avaliação estão melhor detalhadas na nota explicativa 7.4.

2.4.4. Provisões para contingências

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de profissionais capacitados para avaliar, de acordo com a natureza de cada passivo a ser provisionado, o esforço financeiro a ser requerido para liquidar uma obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à tais passivos. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 13.

2.4.5. Provisões para perdas em ativos financeiros – contas a receber

As provisões para perda em ativos financeiros da Companhia são mensuradas com base em histórico de inadimplência, na conjuntura econômica do país, os riscos específicos da carteira, assim como as negociações em andamento, seja por via administrativa ou judicial. Ainda conforme trazido pelo CPC 48, esta estimativa pode ser feita para as perdas esperadas durante toda a vida contratual do ativo financeiro ou para os próximos 12 (doze) meses, a depender das características de risco de crédito constatadas à data de elaboração das demonstrações financeiras.

2.4.6. Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e em atendimento às determinações do CPC 32. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro, com base em estudos e projeções internas.

2.5. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, com exceção dos itens específicos apresentados abaixo. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.5.1. Participação em consórcios

Os consórcios são constituídas por duas ou mais entidades para a execução de projetos de engenharia. Os consórcios são caracterizados como empreendimentos controlados em conjunto, uma vez que as empresas participantes detêm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos de acordo com seu percentual de participação no empreendimento. As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha nas contas de balanço e demonstração do resultado da Companhia, respeitando seu percentual de participação em cada um dos empreendimentos.

2.5.2. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento.

2.6. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) são os seguintes:

2.6.1 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis vigentes

Norma	Descrição da Alteração	Vigência
IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamento	A deliberação nº. 859/20, aprovou alterações na IFRS 16/ CPC 06, com efeitos nos pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, bem como reajustes que se estendam após 30 de junho de 2021. Neste sentido, o arrendatário poderá optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento gerado implicitamente pela COVID-19, refere-se a uma modificação do contrato de arrendamento, e assim, registrar os efeitos nos pagamentos do arrendamento no resultado do período. Novas alterações ligadas a IFRS 16 ocorreram em março de 2021, estendendo em um ano os benefícios descritos, cujos efeitos impactam os pagamentos devidos até 30 de junho de 2022. A Companhia realizou análise dessas alterações e não identificou impactos significativos relacionados às práticas contábeis adotadas.	01/01/2021
CPC 06 (R2) - IFRS 16: Arrendamento CPC 11 - IFRS 4: Contratos de seguro CPC 40 (R1) - IFRS 7: Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 48 - IFRS 9: Instrumentos financeiros	A proposta poderá afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e passivos de arrendamento, ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência (LIBOR) por uma taxa de referência alternativa. A Companhia realizou análise dessas alterações e não identificou impactos significativos relacionados às práticas contábeis adotadas.	01/01/2021

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.6.2 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da Alteração	Vigência
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	A referida alteração tem como objetivo o esclarecimento da onerosidade de um contrato, bem como o custo relacionado ao seu respectivo cumprimento e dos custos incrementais que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.	01/01/2022
IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	O objetivo da alteração visa esclarecer que as exigibilidades devem ser classificadas como circulantes ou não circulantes, a depender dos direitos que existem no final do período. Tal classificação não é afetada pelas expectativas da Companhia ou eventos após a data do relatório.	01/01/2023
IAS 01 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis: emitida em fevereiro de 2021 a alteração aplica-se sobre as divulgações das políticas contábeis "materiais", e não mais "significativas". Na divulgação o IASB define o que é uma "informação de política contábil material" e explica como identificá-la. Além disso, explica não ser necessário a divulgação de informações imateriais de política contábil, no entanto, caso a Companhia opte pela divulgação, que não devem obscureça as informações contábeis relevantes.	01/01/2023
IFRS 3 - Combinação de Negócios	Com emissão ocorrida em maio de 2020, o objetivo da alteração é substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.	01/01/2022
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as Companhias registrem o tributo diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como por exemplo as transações com arrendamento, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.	01/01/2023
IFRS 17 - Contratos de seguro	Estabelece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.	01/01/2023
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.	01/01/2023

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

3.1 Política contábil

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	989	27	1.041	77
Aplicações financeiras (a)	7.979	5.781	7.979	5.781
Caixa e equivalentes de caixa	8.968	5.808	9.020	5.858

(a) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, referem-se substancialmente de depósitos a prazo, remuneradas à taxa média de 60% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

4.1 Política contábil

O saldo de contas a receber de clientes é decorrente de prestações de serviços de engenharia e vendas de mercadorias atreladas à construção de empreendimentos de infraestrutura. Conforme política contábil utilizada pela Companhia para o reconhecimento de receita nos contratos de construção, esta rubrica contempla, além das faturas emitidas contra seus clientes, os saldos ativos decorrentes da aplicação da metodologia do POC (percentual de conclusão, em português). Quando a receita reconhecida neste método exceder o montante de faturas efetivamente emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida dentro do grupo de “contas a receber de clientes”.

4.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Nacionais				
Terceiros (a)	113.734	74.754	113.734	74.756
Controladora direta	1.998	777	1.998	777
Exterior				
Terceiros (b)	47.290	44.037	47.290	44.037
Obras/projetos do grupo AG (c)	303.127	282.280	303.127	299.413
Subtotal - Circulante	466.149	401.848	466.149	418.983
Contas a receber via judicial (d)	59.913	59.913	59.913	59.913
Subtotal - Não Circulante	59.913	59.913	59.913	59.913
Total contas a receber	526.062	461.761	526.062	478.896

- (a) Refere-se aos saldos a receber dos consórcios, o qual é reconhecido proporcionalmente ao seu percentual de participação;
- (b) Refere-se ao saldo a receber de clientes cujos saldos estão listados na Câmara de Créditos Recíprocos (CCR). O recebimento desses saldos está previsto para 2022;
- (c) Saldos a receber, cotados em dólares norte-americanos, referentes a exportações de bens, realizadas para obras e projetos do Grupo AG, localizadas, principalmente, no continente africano;
- (d) Saldos a receber via judicial referente a precatórios, tendo como seu principal devedor o PRODECAP.

A Administração da Companhia acredita que não incorrerá em perdas significativas sobre seus saldos de contas a receber.

4.2 Prazo de vencimento (*aging list*) dos recebíveis

	31/12/2021	31/12/2020
Valores a vencer	62.401	498
Vencidos:		
De 1 a 360 dias	16.884	48.966
De 361 a 720 dias	54.265	3.382
Acima de 720 dias	365.000	357.860
Ativos de contrato - serviços a faturar (CPC 47)	27.512	51.055
	526.062	461.761

5. ESTOQUES

5.1 Política contábil

O reconhecimento inicial dos estoques é feito pelo respectivo custo de aquisição, e sua mensuração posterior se dá pelo menor valor entre o custo médio das aquisições e o valor realizável líquido. Para subsidiar a análise de valor realizável líquido, a Companhia promove a realização de inventários físicos regularmente em suas unidades operacionais. Os saldos demonstrados nesta rubrica representam, essencialmente, materiais destinados a aplicação nas obras em andamento.

5.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Materiais de consumo e almoxarifado	5.116	7.644	5.116	7.644
Adiantamento para fornecedores de mercadorias	-	-	395	395
Total	5.116	7.644	5.511	8.039

A administração da Companhia espera aplicar ou consumir estes estoques em suas obras dentro de seu ciclo operacional normal. Não são esperadas perdas significativas em relação ao valor realizável líquido dos estoques para além daquelas já reconhecidas.

6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

6.1 Política contábil

Para fins destas demonstrações financeiras individuais, as participações detidas pela Companhia em sua controlada, é reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia classifica uma investida como controlada quando possui o poder de influenciar, unilateralmente, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo o controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

Os detalhes da aplicação do critério de apresentação pelo líquido, conforme CPC 02 (R2), bem como a classificação das participações entre Investimento e Provisões para perdas em investimentos, podem ser consultados nas movimentações apresentadas abaixo.

6.1 Relação da investida e principais informações

A investida da Companhia, bem como o país de origem, ramo de atividade, percentual de participação e patrimônio líquido, está demonstrado a seguir:

Nome da controlada	Principal atividade	Local de constituição e operação
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	Exportação de bens	Brasil
		31/12/2021
		31/12/2020
Participação e capital votante detidos	99,999278%	99,999278%
Números total de quotas	28.038	27.572
Número de quotas detidas (lotes de mil)	28.038	27.572
Ativo total	39.194	34.417
Passivo total	2.205	891
Capital social	28.038	27.572
Patrimônio líquido	36.989	33.526
Resultado do exercício	3.931	5.954

6.2 Movimentação dos saldos de investimento

A movimentação da participação na investida da Companhia para 31 de dezembro de 2021, está demonstrada a seguir.

Investimento - Controladora	Saldo em 31/12/2019	Aumento/Redução de Capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Baixa de Investimento	Aumento/Redução de Capital	Distribuição de Dividendos	Saldo em 31/12/2021
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	296.035	(268.463)	5.954	33.526	3.931	-	466	(934)	36.989
CONSAG CS S.A (a)	-	1	(8)	(7)	3.194	(3.187)	-	-	-
Outros	150	456	-	606	-	-	(457)	-	149
	296.184	(268.006)	5.946	34.125	7.125	(3.187)	9	(934)	37.139

- (a) Em 31 de outubro de 2021 foi efetuada a venda da investida CONSAG CS S.A para a Andrade Gutierrez Engenharia S.A. Consequentemente foi realizada a equivalência patrimonial até a data da venda. O valor de venda foi pelo mesmo valor do Investimento.

7. IMOBILIZADO

7.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração

A mensuração dos ativos imobilizados da Companhia é feita pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados com fins específico de construção de ativos, se houver, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são reavaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os custos dos ativos imobilizados contemplam os gastos que são diretamente atribuíveis aos esforços incorridos pela Companhia para colocar o ativo no local e em condição necessária para operar. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício em que houver a venda.

Depreciação

A depreciação das classes de equipamentos e veículos é computada pelo método de horas trabalhadas, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. Para as demais classes de ativo imobilizado, a depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis, gerando efeitos apenas no exercício em que tal ajuste é constatado.

7.2 Composição

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	110	-	110	110	-	110
Imóveis de Uso	6.857	(2.565)	4.292	14.739	(7.884)	6.855
Equipamentos e veículos	5.039	(1.734)	3.305	4.737	(1.586)	3.151
Móveis e utensílios	1.391	(448)	943	1.434	(326)	1.108
Imobilizado em andamento	25	-	25	-	-	-
Outras imobilizações	23	(103)	(80)	25	-	25
Total	13.445	(4.850)	8.595	21.045	(9.796)	11.249

7.3 Movimentação

	Saldo		Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo
	31/12/2020	Adições				31/12/2021
Terrenos	110	-	-	-	3.741	3.851
Imóveis de Uso	6.855	1.551	(5.580)	(2.276)	(54)	496
Equipamentos e veículos	3.151	1.294	(723)	(364)	-	3.358
Móveis e utensílios	1.108	408	(330)	(242)	(3.687)	(2.743)
Imobilizado em andamento	-	3.904	(193)	-	-	3.711
Outras imobilizações	25	-	-	(103)	-	(78)
Total	11.249	7.157	(6.826)	(2.985)	-	8.595

	Saldo		Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo
	31/12/2019	Adições				31/12/2020
Terrenos	110	-	-	-	-	110
Imóveis de Uso	9.031	152	(253)	(3.577)	1.502	6.855
Equipamentos e veículos	3.345	800	(616)	(401)	23	3.151
Móveis e utensílios	1.290	255	(101)	(193)	(143)	1.108
Imobilizado em andamento	873	431	75	-	(1.379)	-
Outras imobilizações	23	2	-	-	-	25
Total	14.672	1.640	(895)	(4.171)	3	11.249

7.4 Provisão para redução ao valor recuperável (teste de *impairment*)

A Companhia realiza periodicamente o teste de *impairment* nos equipamentos pesados e veículos alocados, objetivando mensurar a recuperabilidade destes ativos. A referida avaliação é feita por empresa especializada independente e com qualificação técnica comprovada. Para realizar as referidas avaliações, foram utilizadas duas abordagens que estão em linha com métricas e métodos de avaliação amplamente reconhecidos pelo mercado de avaliações de ativos, quais sejam: abordagem de mercado e abordagem de custo.

Abordagem de mercado

A abordagem de mercado busca encontrar parâmetros de preços negociados no mercado de bens similares ao bem objeto da avaliação. Quando existem dados confiáveis e verificáveis divulgados no mercado, esta abordagem, normalmente, é a mais recomendada para definição do valor de mercado de um ativo. Para estas avaliações foram realizadas pesquisas em sítios eletrônicos de venda de equipamentos usados similares e, quando encontrados dados suficientes para essa análise, optou-se por utilizá-la como metodologia principal. Além das pesquisas no mercado, tendo em vista a existência de histórico de vendas de equipamentos pela Companhia, tais insumos foram utilizados como dados equivalentes aos aplicados na cotação direta no mercado e foram usados na avaliação.

Abordagem de custo

Para os equipamentos em que não foi possível realizar a avaliação pela abordagem de mercado, adotou-se como critério de avaliação o custo de aquisição depreciado como metodologia de avaliação. Esse método parte do valor de um determinado bem novo, normalmente adquirido através de cotações com fornecedores, que é, posteriormente, depreciado por uma taxa de depreciação de mercado. No presente trabalho foram utilizadas informações da própria base da Companhia referentes às compras recentes de equipamentos, como parâmetro de valor de bem novo. Ainda, para definição da taxa de depreciação de mercado, utilizou-se o método de depreciação do Engenheiro Hélio de Caires também utilizada para definição da VUR (vida útil remanescente) dos equipamentos avaliados. Neste trabalho, também são utilizados insumos das tabelas de vida útil divulgadas pela ASA (*American Society Appraisers*) e a tabela do IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia), para auxiliar na determinação da VUE (vida útil econômica) dos bens avaliados.

8. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

8.1 Política contábil

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos arrendados e passivos de arrendamento para demonstrar o fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando houver.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

8.2 Composição e movimentação

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de 3,79% ao ano, que representa, substancialmente, a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento dos exercícios de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Arrendamentos	31/12/2020	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamentos		31/12/2021
							Juros	Principal	
Direito de uso com arrendamentos									
Edificações - Instalações	780	1.007	8	(568)	(561)	-	-	-	666
Equipamento básico - ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas, Equip. e Veículos Pesados	23	908	-	(340)	(123)	-	-	-	468
Equipamento de Transporte - Veículos	1	9	-	(6)	-	-	-	-	4
	804	1.924	8	(914)	(684)	-	-	-	1.138
Passivos de arrendamentos									
Edificações - Instalações	751	1.007	8	-	(510)	1	(1)	(598)	658
Equipamento básico - ferramentas	154	-	-	-	(154)	-	-	-	-
Máquinas, Equip. e Veículos Pesados	(134)	1.062	-	-	(123)	10	(10)	(342)	463
Equipamento de Transporte - Veículos	22	9	-	-	-	-	-	(6)	25
	793	2.078	8	-	(787)	11	(11)	(946)	1.146

9. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS

Os saldos de fornecedores e subempreiteiros são representados substancialmente por fornecedores de serviços, insumos de construção e equipamentos utilizados nas obras executadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de fornecedores e subempreiteiros era de R\$46.033 (R\$54.676 em 31 de dezembro de 2020), na Controladora e R\$46.037 (R\$55.138, em 31 de dezembro de 2020), no Consolidado.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

10.1 Política contábil

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados ou na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente leva em consideração a apropriação dos juros contratuais pactuados, eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2021, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

10.2 Movimentação

Abaixo está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia, por modalidade, conciliada com os fluxos de caixa de atividade de financiamento, para os exercícios de 2021:

	Capital de giro
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.304
Captações	3.523
Pagamentos de principal	(4.429)
Pagamentos de juros	(229)
Juros apropriados	242
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.411
Captações	1.727
Pagamentos de principal	(2.837)
Pagamentos de juros	(62)
Juros apropriados	127
Saldo em 31 de dezembro de 2021	366

O saldo de empréstimos em 31 de dezembro 2021, é referente a captação da modalidade de capital de giro, sendo atualizado a 100% do CDI, acrescido de 10,69% a.a.

11. PARTES RELACIONADAS

11.1 Composição

Partes relacionadas - Controladora	Natureza	2021			
		Ativo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	-	-	(126)	-
Contas a receber (pagar) consorciadas (a)	Outras	65.143	-	(93.854)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	1.216	(22.130)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana) - (b)	Contas a receber	242.486	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola) (b)	Contas a receber	38.640	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	14.820	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	7.181	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021		368.270	1.216	(116.110)	-

Partes relacionadas - Consolidado	Natureza	2021			
		Ativo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	-	-	(126)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	21.589	-	-
Contas a receber (pagar) consorciadas (a)	Outras	65.143	-	(93.854)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	1.124	(22.130)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana) (b)	Contas a receber	242.486	12.028	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola) (b)	Contas a receber	38.640	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	14.820	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	7.181	2.276	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021		368.270	37.017	(116.110)	-

Partes relacionadas - Controladora	Natureza	2020			
		Ativo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	-	-	(29)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (c)	Mútuo	-	2.273	-	-
Contas a receber (pagar) consorciadas	Outras	31.971	-	(86.495)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	-	(3.743)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana) - (b)	Contas a receber	225.809	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola)	Contas a receber	35.983	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	13.800	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	6.688	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020		314.251	2.273	(90.267)	-

Partes relacionadas - Consolidado	Natureza	2020			
		Ativo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	-	2.273	(29)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	22.236	-	(10.379)
Contas a receber (pagar) consorciadas (a)	Outras	31.971	-	(86.495)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	1.124	(3.743)	(456)
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana) (b)	Contas a receber	240.809	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola) (b)	Contas a receber	35.983	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	13.800	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	8.821	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020		331.384	25.633	(90.267)	(10.835)

Os detalhes sobre os principais saldos de ativos e passivos são apresentados a seguir.

- O montante de R\$65.143 (ativo) e R\$ 93.854 (passivo) em 31 de dezembro de 2021, são referentes às transações de envios/recebimentos de remessas de aportes e transferência/recebimentos de custos através de notas de débito junto aos Consórcios em que a Companhia detém participação;
- Os saldos no final do exercício, que a Companhia detém com suas Sucursais em Gana e Angola, principalmente, são referentes a exportação de bens para projetos de construção nos respectivos países;
- Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou a baixa do saldo que havia no exercício anterior, junto a sua Controladora, no montante de R\$ 2.273 em decorrência de redução de capital na Companhia.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento Lei 9.964/2000	-	1.906	-	1.906
Parcelamento IRRF (a)	1.154	-	1.154	-
Parcelamento Previdenciário (b)	6.128	-	6.128	-
IR/CS	1.191	1.191	1.191	1.576
PIS/COFINS	1.186	2.885	1.186	2.885
ISSQN	1.447	3.367	1.447	3.367
IRRF	485	935	485	935
INSS	274	135	274	135
Outros	2.495	307	2.546	357
	14.360	10.726	14.411	11.161
Circulante	7.103	8.996	7.154	9.431
Não circulante	7.257	1.730	7.257	1.730

- O débito é referente ao Parcelamento do Imposto de Renda Retido na Fonte da folha de pagamento de consórcios, a Companhia apresenta o saldo de acordo com o seu percentual de participação.
- O saldo é referente ao parcelamento de INSS, que é derivado da folha de pagamento dos consórcios, no qual a Companhia apresenta de acordo com seu percentual de participação.

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Provisões para riscos

A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos. Estas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para risco são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração acompanha periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e políticas internas, constitui novas provisões (sempre que surgirem novos processos com prognóstico de perda provável ou houver mudança desfavorável na estimativa de perda) ou realiza reversões (sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia). Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente emitidos.

Podem existir ainda, processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, onde apenas é exigido a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidos quaisquer provisões ou divulgação.

Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração realiza as provisões trabalhistas baseada na opinião de seus advogados e assessores jurídicos e no histórico dos desfechos destas demandas.

Provisões cíveis

A Companhia é parte de processos cíveis referentes a danos morais e materiais requeridos por terceiros e funcionários em função de danos causados por execução de obras e acidentes de trabalho. A Administração realiza estas provisões baseada na opinião dos assessores jurídicos.

Provisões tributárias

A Companhia possui autos de infração em função de ter considerado como dedutíveis certas despesas que seriam consideradas não dedutíveis na apuração do imposto de renda e contribuição social, bem como imposto de renda na fonte sobre referidas despesas.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis, fiscais e previdenciários da Companhia dos últimos 5 anos e 30 anos para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS encontram-se abertos para eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais.

A Administração da Companhia entende que, em caso de eventual fiscalização, não haverá questionamentos que envolvam desembolsos significativos, além da provisão registrada.

13.1 Composição

As provisões para perda, riscos e multas fiscais reconhecidas na demonstração do resultado, são compostas pelos seguintes saldos:

	Saldo Inicial	Adição	Reversão	Saldo Final
	31/12/2020			31/12/2021
Provisão de Contingência Trabalhista	2.105	(5.700)	6.420	2.825
Provisão de Contingência Cível	480	(1.922)	3.096	1.654
Total	2.585	(7.622)	9.516	4.479

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seu advogados e assessores legais, internos e externos, e conforme determinação do CPC 25, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários ou cíveis, por entender que os riscos de perda não são prováveis, mas possíveis. Os processos cujo risco de perda é possível referem-se, principalmente, a ações civis públicas, em especial por atos de improbidade, ações que versam sobre licitações e seus desenvolvimentos e outras ações judiciais movidas por outras partes que se relacionam, ou relacionaram, com a Companhia na execução de seus projetos de engenharia. Em 31 de dezembro de 2021, os processos cuja probabilidade de perda é considerada como possível totalizam R\$ 222.497 (em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 22.353).

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em projeções internas da Companhia.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, como por exemplo, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os saldos de variações cambiais de ativos e passivos mantidos com investidas no exterior. Tanto a variação cambial destes saldos como os impostos diferidos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, no grupo de outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente e o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

14.2 Conciliação da alíquota efetiva

Segue abaixo a conciliação das alíquotas efetivas de IR/CS nos exercícios de 2021 e 2020 (Lucro Real):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.467)	221.344	(9.137)	221.729
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	2.879	(75.257)	3.107	(75.388)
(Adições) exclusões permanentes:				
Despesas indedutíveis	(125)	429	293	2.111
Resultado de equivalência patrimonial	2.422	(1.973)	2.422	(1.909)
Outros	-	(7.686)	19	(7.662)
	2.297	(9.230)	2.734	(7.460)
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	5.176	(84.487)	5.841	(82.848)
Corrente	(189)	-	481	(385)
Diferido	5.239	(680)	5.239	(680)
	5.050	(680)	5.720	(1.065)
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	59,64%	38,48%	62,61%	37,84%

14.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil.

A transações que originaram os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, estão detalhadas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	(1.034)	(1.923)
Provisão para riscos e contingências	4.967	4.432
Crédito de prejuízo fiscal / base de calculo negativa	132.295	95.946
Ajuste IFRS 15/CPC 47 (IN 1771/17)	27.595	23.968
Ajuste IFRS 16	(4.444)	(2.736)
	159.379	119.687
Passivo		
Variação cambial pelo regime de caixa (b)	151.824	127.540
	151.824	127.540
Total líquido	7.555	(7.853)
Total Líquido	2.569	(2.670)

- (a) O valor constituído referente à provisão para crédito de liquidação duvidosa limitou-se ao valor de créditos baixados no até 31 de dezembro de 2021, que não atenderam aos pré-requisitos de dedutibilidade impostos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/96.
- (b) A Companhia optou por tributar as variações cambiais sobre suas operações em moeda estrangeira pelo regime caixa, ou seja, quando da liquidação financeira destas operações.

14.4 Impostos a Recuperar Curto Prazo

A composição dos impostos a recuperar de curto prazo até 31 de dezembro de 2021 e 2020 está detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IR/CS (a)	4.432	4.432	6.118	4.432
INSS a Compensar	909	1.092	909	1.092
IRRF	393	365	393	365
Outros	153	650	172	650
	5.887	6.539	7.592	6.539
Circulante	5.887	6.539	7.592	6.539

- (a) O valor é referente a Imposto de Renda e Contribuição Social derivado de exercícios anteriores, no qual reconhecemos no ativo a recuperar e estaremos compensando com outros pagamentos de impostos.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é composto por 142.378.613 ações ordinárias nominativas (4.299.801 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2020), com valor nominal de R\$1,00 por cada ação. O capital social da Companhia é composto conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	Ações	%	Ações	%
ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S.A. (a)	142.374.539	99,9971%	4.295.727	99,9053%
ADPAR - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	4.074	0,0029%	4.074	0,0947%
Total	142.378.613	100%	4.299.801	100%

(a) A variação de cotas entre os exercícios é devido ao aumento do Capital Social através de Equilíbrio entre consórcios e consorciadas, Venda da Investida CONSAG CS S.A, reversão do mútuo com sua controladora e transferência de terreno em Manaus.

15.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

15.3 Reversão de Dividendos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia em estratégia de proteção do Patrimônio Líquido realizou a reversão de dividendos propostos referente ao resultado de 2020 e 2019 no montante total de R\$ 83.393.

16. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS

16.1 Política contábil

Receita dos contratos de construção

O reconhecimento das receitas nos contratos de construção da Companhia ocorre conforme as premissas estabelecidas pelo CPC 47 e baseia-se inicialmente no orçamento estimado para conclusão do projeto, respeitadas as obrigações de desempenho contratualmente identificadas. Este orçamento é elaborado e revisado periodicamente por profissionais de engenharia habilitados para precificar os custos e as receitas do contrato ao longo do tempo. Quando o orçamento de um contrato de construção é estimado com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. Esta metodologia é comumente conhecida como “POC” (*percentage of conclusion*).

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

No momento em que a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, exceder o valor total faturado contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “contas a receber de clientes”, classificado como “serviços a faturar”, conforme apresentado no *aging list* de contas a receber, na nota explicativa nº 4.

Quando a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, for menor do que o valor total das notas fiscais emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “adiantamentos de clientes”, classificado como “serviços a prestar”.

Adicionalmente, existem contratos que são executados sob a forma conhecida como “Contratos com Remuneração por Administração”. Estes contratos possuem taxas de remuneração pré-acordadas, que são aplicadas sobre as medições apresentadas e aprovadas pelos clientes.

Nesse tipo de contrato a receita é reconhecida quando a referida medição é aprovada pelo cliente, considerando os gastos incorridos para performar determinadas etapas dos projetos e quando as obrigações de desempenho acordadas com o cliente são atendidas.

16.2 Composição

Conforme demonstrado no contexto operacional, as receitas operacionais da Companhia advêm especialmente da execução de obras de engenharia e infraestrutura no Brasil. Outras fontes de receita incluem a prestação de serviços de operação e manutenção de infraestruturas industriais e a venda de mercadorias relacionadas ao segmento de engenharia.

A composição da receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício pode ser demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção civil	158.852	207.352	174.102	207.352
Outras Receitas	-	11	-	11
Total receita bruta	158.852	207.363	174.102	207.363
Impostos sobre a receita	(6.421)	(10.302)	(7.082)	(10.302)
Total receita líquida	152.431	197.061	167.020	197.061

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

17.1 Política contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

17.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Matérias-primas e materiais de consumo	(27.517)	(30.036)	(29.270)	(30.036)
Serviços de terceiros	(71.706)	(76.828)	(78.900)	(77.174)
Salários e encargos sociais	(79.935)	(107.731)	(82.435)	(107.731)
Depreciação e amortização	(3.891)	(5.920)	(4.077)	(5.920)
Impostos, taxas e encargos	(1.752)	(958)	(1.756)	(958)
Outros	(1.014)	(744)	(1.081)	(752)
Total	(185.815)	(222.217)	(197.519)	(222.571)
Custos dos produtos e serviços vendidos	(184.078)	(221.306)	(195.180)	(221.306)
Despesas gerais e administrativas	(1.737)	(911)	(2.339)	(1.265)
Total	(185.815)	(222.217)	(197.519)	(222.571)

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Rendimento de Aplicações Financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	175	90	2.705	113
Ajuste a valor justo de ativos	-	171.195	-	171.195
Total das receitas	175	171.285	2.705	171.308
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(3.612)	(4.789)	(3.631)	(4.789)
Variações Monetárias	(1.971)	-	(1.971)	-
Outros	(351)	(309)	(499)	(413)
Total das despesas	(5.934)	(5.098)	(6.101)	(5.202)
Receita de variação cambial	24.284	-	25.535	3.800
Despesa de variação cambial	-	73.476	-	73.476
Variação cambial, líquida	24.284	73.476	25.535	77.276
Resultado líquido	18.525	239.663	22.139	243.382

19. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital, que é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo; (b) Risco de mercado, que é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros; (c) Risco de liquidez, que compreende o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos cambial

O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio, devido ao fato de: (i) uma parcela dos contratos de construção de suas controladas estar sendo executada em obras no exterior (principalmente América Latina e África), o que pode gerar efeitos no reconhecimento das equivalências patrimoniais das investidas responsáveis por estas obras; e (ii) pelo fato de possuir posições passivas com suas partes relacionadas, bem como empréstimos bancários, atrelados a moedas estrangeiras. Estes riscos são avaliados e se necessários mitigados pela área de Gestão de Riscos Financeiros, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais da Companhia.

Ativos

A Companhia está exposta à variação de câmbio em saldos ativos mantidos com sucursais no exterior. O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos.

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	8.968	-	8.968	5.808	-	5.808
Contas a receber de clientes	-	526.062	526.062	-	461.761	461.761
Créditos com partes relacionadas	-	66.359	66.359	-	34.244	34.244
Passivos						
Empréstimos bancários	-	366	366	-	1.411	1.411
Fornecedores	-	46.033	46.033	-	54.676	54.676
Débitos com partes relacionadas	-	116.110	116.110	-	90.267	90.267
Total	8.968	754.930	763.898	5.808	642.359	648.167

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	9.020	-	9.020	5.858	-	5.858
Contas a receber de clientes	-	526.062	526.062	-	478.896	478.896
Créditos com partes relacionadas	-	102.160	102.160	-	57.604	57.604
Passivos						
Empréstimos bancários	-	366	366	-	1.411	1.411
Fornecedores	-	46.037	46.037	-	55.138	55.138
Débitos com partes relacionadas	-	116.110	116.110	-	101.102	101.102
Total	9.020	790.735	799.755	5.858	694.151	700.009

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

O Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por Segmento é aplicado às companhias cujos instrumentos de dívida ou patrimonial sejam negociados em mercado de capitais; ou que tenha depositado, ou esteja em vias de depositar, suas demonstrações financeiras à Comissão de Valores Mobiliários ou a outra organização reguladora, com finalidade de emitir qualquer categoria de instrumento em mercado de capitais. Nesse sentido, considerando que a Companhia não se enquadra nos requisitos de aplicabilidade obrigatória do referido Pronunciamento, estas demonstrações financeiras não possuem informações por segmento.

21. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Conforme determinado pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia apresenta a seguir a relação das transações de investimento e financiamento ocorridas nos exercícios de 2021 e 2020 que alteraram posições patrimoniais, porém, não afetaram o caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aumento de Capital da Companhia em contrapartida a rubrica de Equilíbrio entre Consórcios e Consorciadas	72.546	-	72.546	-
Redução de Capital Social através da venda na Investida Consag CS S.A para Investidora	(3.195)	-	(3.195)	-
Aumento de Capital da Companhia através da transferência de propriedade para investimento referente á um terreno em Manaus	71.000	-	71.000	-
Redução de Capital Social da Companhia em contrapartida rubrica de Mútuo entre sua controladora Andrade Gutierrez Engenharia S.A	(2.273)		(2.273)	
Cisão Parcial, onde foi realizada a cessão do recebível do precatório do Governo do Amazonas, para sua controlada. Contabilização que gerou uma baixa no contas a receber em contrapartida uma diminuição no patrimônio líquido.	-	620.000	-	-
Redução de Capital Social da investida AGCOMEX através da baixa do saldo a pagar que a companhia tinha junto sua controlada. Desta forma, a contabilização gerou uma diminuição no saldo de partes relacionadas no passivo e em contrapartida uma diminuição no saldo do investimento na controlada	-	268.461	-	268.461
	138.078	888.461	138.078	268.461

22. OUTROS ASSUNTOS

Coronavirus – COVID-19

Frente ao avanço da pandemia do novo coronavírus, que se iniciou em março de 2020, a Andrade Gutierrez reafirma seu compromisso com a integridade dos colaboradores espalhados pelo Brasil e exterior em obras e escritórios. Para isso, a Companhia criou um comitê composto por lideranças de seu quadro para acompanhamento em tempo real da situação e, a partir disso, adotar medidas a fim de assegurar a saúde de todos os colaboradores e minimizar impactos nas operações de curto e longo prazo da Companhia.

Todas as decisões na condução das obras estão sendo tomadas em conjunto e de forma permanente e compartilhada com nossos clientes, propondo todas as soluções cabíveis a fim de gerar o mínimo impacto aos projetos e buscar a máxima segurança dos colaboradores.

Neste momento, a Companhia está buscando preservar sua liquidez para superar esse período e trabalhando junto aos bancos parceiros com medidas que contribuam para este objetivo.

É importante destacar que os nossos clientes estão pagando as faturas que foram medidas até o momento e os custos com paralizações que são mutuamente acordados. A Companhia possui uma política de capital de giro que não permite a execução de projetos sem recebimentos das contraprestações aos serviços prestados, logo caso os clientes não possuam recursos para o andamento da obra, a Companhia negocia os termos com seus clientes e pode, inclusive, sugerir a paralização temporária de suas obras.

A Administração da Companhia avaliou os principais riscos e incertezas que eventualmente poderiam afetar as principais posições patrimoniais de ativos em suas demonstrações financeiras, e apresenta abaixo o resumo geral sobre estes principais aspectos de risco:

Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (nota 3)

O possível fator de risco relacionado aos equivalentes de caixa e dos títulos e valores mobiliários detidos pela Companhia decorre, principalmente, da possibilidade de eventual alteração no *rating*, e conseqüentemente risco de liquidez dos emissores dos produtos financeiros contratos.

Contas a receber de clientes (nota 4)

O principal fator de risco associado aos saldos a receber da Companhia, decorre de eventual alteração no risco de crédito de seus clientes e conseqüente elevação nas taxas de inadimplência ou prazo de recebimento, especialmente em relação aos projetos que se encontram em andamento.

Estoques (nota 5)

Potencial risco relacionado à ociosidade e eventuais perdas em relação à capacidade de realização dos estoques atualmente detidos pela Companhia em suas obras em andamento.

A Administração avaliou os riscos descritos acima e entendeu que, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não há impactos relevantes a serem reportados e que poderiam, eventualmente, afetar a posição patrimonial da Companhia de forma material.

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e foi autorizada sua emissão em 30 de março de 2022.

DocuSigned by:
João Martins da Silva Neto
8CADA3413F784EA
João Martins da Silva Neto
PRESIDENTE

DocuSigned by:
Marcio Abreu
FC1951898BF248C
Marcio Magno de Abreu
DIRETOR

DocuSigned by:
Leandro Goncalves
147D912F18A11453
Leandro Mariano Gonçalves
CRC-MG 105.896/O-1
CONTADOR RESPONSÁVEL